



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008658-76.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **ALFREDO LUCINDO**
Requerido: **NS2.COM Internet S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor postula a devolução de quantia em dinheiro que pagou por compra junto à ré que foi cancelada.

A ré admitiu os fatos descritos pelo autor, mas ressaltou que já promoveu o encaminhamento do estorno do valor pertinente à administradora de seu cartão de crédito.

Entretanto, ela não impugnou e sequer se manifestou sobre os documentos de fls. 13/15, consistentes nas faturas do cartão de crédito do autor de dezembro/2013 a fevereiro/2014.

Em todos constam as cobranças em duplicidade (da compra cancelada e da que posteriormente foi confirmada) que aqui se questiona, mas em momento algum há referência de algum estorno.

Por outras palavras, o autor comprovou satisfatoriamente o débito cuja devolução postula, enquanto a ré não demonstrou que esta já tivesse sucedido.

As menções constantes de fl. 48 foram confeccionadas unilateralmente e não bastam por si sós para estabelecer a convicção de que a restituição propugnada teria sido de fato finalizada com sua percepção pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, impõe o acolhimento da pretensão deduzida, porquanto restou positivado o direito do autor em ter de volta a importância despendida por compra que foi cancelada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 199,92, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2013 (época da compra realizada e cancelada), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**